

Fiscalizações no mês de novembro

A equipe de fiscalização da Agesan esteve presente em municípios de diferentes regiões do estado realizando fiscalizações iniciais nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os municípios visitados foram: Campos Novos, São Domingos, Flor do Sertão, Tijucas, Campo Alegre e Araquari. Desses, somente Campos Novos possui sistema de esgotamento sanitário. Como resultado das vistorias feitas, constatou-

se que todas as unidades visitadas precisam de melhorias no sistema. As recomendações seguidas das notificações foram emitidas pela agência para que as providências cabíveis sejam tomadas pelas respectivas concessionárias. Com essas fiscalizações, a Agesan alcança a execução de fiscalização inicial em 70% dos municípios conveniados.



Araquari



Campos Novos



São Domingos



Flor do Sertão



Tijucas



Campo Alegre

Lançamento do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A Agesan esteve presente no dia 28 de novembro, em São José, no evento de apresentação do Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado de Santa Catarina, representada por seu Diretor Geral, Sérgio Grando e pelo Gerente de Fiscalização, Jatyr Borges. Trata-se de trabalho contratado por meio de licitação, com recursos de convênio entre a Secre-

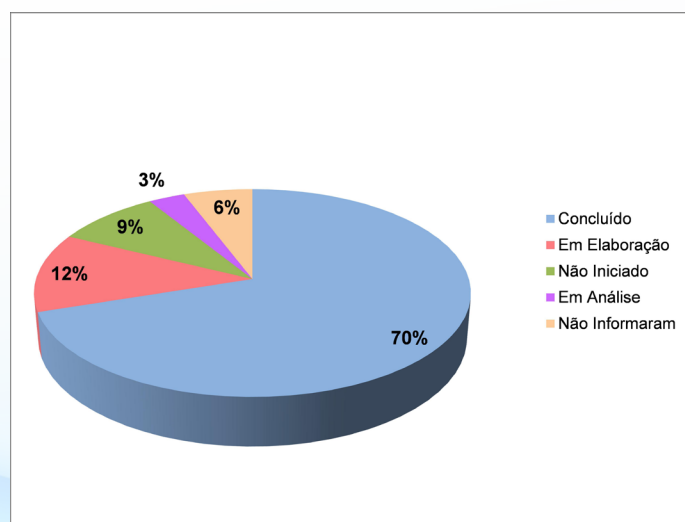
taria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), cujo objetivo é dar suporte às políticas estaduais de resíduos sólidos e à confecção do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. A partir do estudo, foi possível quantificar os maiores geradores de resíduos dentro de cada região hidrográfica a fim de identificar as centralidades.

Panorama dos planos municipais de saneamento básico em Santa Catarina

Com o advento do marco regulatório em saneamento, cravado pela Lei Federal nº 11.445 de 2007, os municípios de todo o território brasileiro foram confrontados com uma nova realidade que os obrigou a tomar medidas reais em relação ao setor de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos. Dentre essas medidas, a mais comentada e urgente foi a necessidade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Tais planos englobam o diagnóstico, objetivos, programas, projetos, ações e mecanismos de avaliação dos pilares que compõem o saneamento. De todos os Estados da Federação, Santa Catarina desponta como um dos pioneiros e mais avançados com relação à implementação dos PMSB nos seus municípios. Com base em dados levantados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (Agesan) e pelo Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), foi possível traçar um panorama atualizado (com base no mês de novembro) do andamento da implementação das prerrogativas da Lei nº 11.445 no Estado.

Levando em consideração o universo total de todos os municípios catarinenses (Figura 1), 70% já possuem seu PMSB concluído. Se além dos planos finalizados, for computado os municípios que já deram o passo inicial para começar a implementação dos planos, ou seja, em análise e em elaboração, 85% já tomou alguma iniciativa concreta. Isso mostra que um número expressivo de entes membros do Estado de Santa Catarina se mobilizaram em relação ao preconizado pela legislação federal de saneamento.

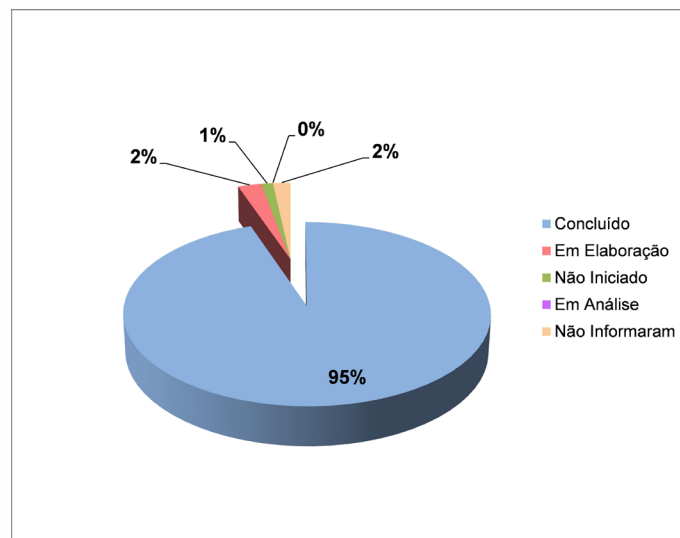
Figura 1 – Panorama dos planos de saneamento em todos os Municípios de Santa Catarina.



Uma nova análise foi feita dividindo os municípios catarinenses em dois grupos: aqueles com menos e mais de dez mil habitantes. Diante desse critério, percebe-se claramente os diferentes estágios que cada grupo se encontra em relação aos PMSB. Quase a totalidade dos municípios com menos de 10 mil habitantes (95%) estão com seus planos concluídos (Figura 2). Esse ótimo indicador é possível de ter acontecido devido ao forte apoio dado a esses municípios pela Secretaria

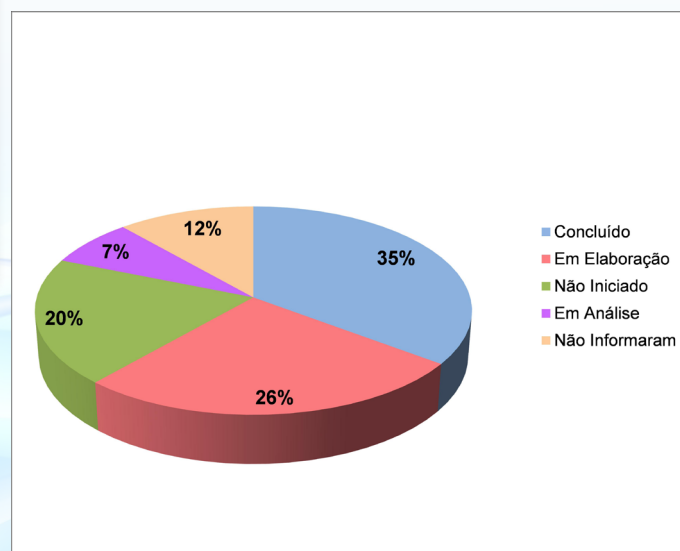
de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), a qual contratou consultorias que fomentaram a implantação dos planos nos Municípios com população de até 10 mil pessoas.

Figura 2 – Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina nos 171 Municípios com menos de 10 mil habitantes.



Nos municípios com mais de 10 mil habitantes, um cenário diferente é apresentado (Figura 3). Os diferentes estágios de implementação dos PMSB são distribuídos em proporções menos discrepantes. Estão concluídos 35% dos planos, contrastando fortemente com o observado nos municípios menores. Com isso, pode-se inferir como a ajuda externa de agentes públicos pode auxiliar de modo eficaz na consecução de resultados e colaborando para a universalização dos serviços de saneamento.

Figura 3 – Panorama dos Planos de Saneamento em Santa Catarina nos 122 Municípios com mais de 10 mil habitantes.



Não somente os PMSB são necessários para que a política de saneamento nos municípios seja implementada por completo. A Figura 4 expõe como se dá a distribuição da presença de lei municipal, conselho municipal de saneamento, fundo municipal de saneamento e agência reguladora em todos os municípios do Estado e conforme a faixa de população.

Após as discussões com a comunidade, o PMSB deve ser apreciado pelos vereadores e aprovado pela Câmara Municipal, constituindo a lei municipal que guia o saneamento. Dos 293 municípios catarinenses, apenas 33 possuem o plano aprovado e atuante em forma de lei.

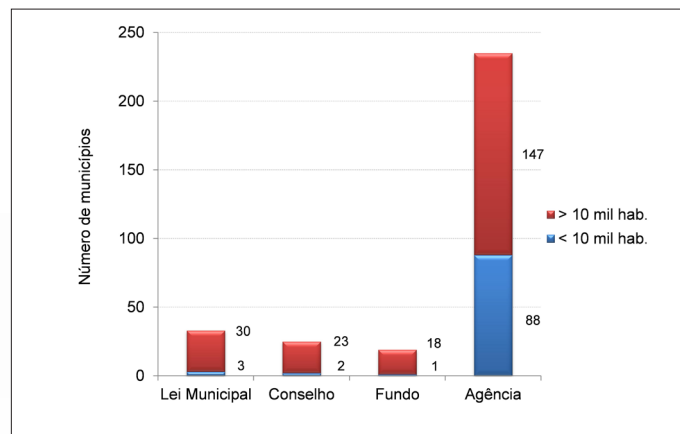
O controle social, ou seja, a participação dos diferentes setores da sociedade, deve ser realizado nos Municípios e este é o papel do conselho municipal de saneamento. Em Santa Catarina, apenas 25 municípios possuem este instrumento de participação do povo nas ações de saneamento.

Uma baixa quantidade de Municípios também se repete no que se refere à presença de fundo municipal de saneamento. Apenas 19 municípios possuem o fundo, o qual tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência de recursos destinados ao desenvolvimento do saneamento.

Em relação à presença de uma agência reguladora, 235 dos Municípios catarinenses a possuem. Com isso, verifica-se a atuação na regulação como o item com maior proporção em relação aos demais anteriormente expostos. Os objetivos da regulação são, sucintamente, estabelecer padrões e normas para prestação dos serviços de saneamento, acompanhar os PMSB, evitar o abuso de poder econômico e definir tarifas equilibradas.

Com relação aos dois grupos de Municípios (com mais e menos de 10 mil habitantes), observa-se que nos com menos de 10 mil habitantes a presença de lei, conselho e/ou fundo é baixíssima. Somente em relação quantidade de Municípios com agência reguladora esse número é mais razoável.

Figura 4 – Quantidade de Municípios que possuem os quatro requisitos básicos para a política municipal de saneamento.



A Agesan continuará acompanhando os Municípios que estão elaborando seus planos de saneamento. Para os Municípios que elaboraram e aprovaram seus PMSB, o desafio é conciliar os planos com as assinaturas dos contratos de programa, pois o mesmo é a ferramenta fundamental para que se possa regular, fiscalizar e orientar os serviços de saneamento nos Municípios conveniados, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação. A agência participa da elaboração e supervisiona a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico, do Plano Estadual de Saneamento Básico e também elaborara estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico. Além do citado até o momento, a agência também realizou encontros de capacitação nas 10 regiões hidrográficas de Santa Catarina onde todos os Municípios da região foram convidados a receber palestras sobre saneamento e tirar possíveis dúvidas ligadas ao tema. Assim, a agência segue com suas ações de incentivo à implantação dos PMSB, fundos e conselhos municipais.

Que em 2013...

...você possa ajudar cada vez mais a melhorar o planeta;
 ...vamos semear boas atitudes para obter bons frutos;
 ...vamos economizar cada gota de água para o futuro daqueles que ainda vão nascer;
 ...vamos criar novos hábitos para que todos possamos viver com paz;
 ...vamos reciclar mais lixo e comportamentos para termos uma melhor sustentabilidade;
 ...vamos ter mais consciência, amor e dedicação!

Feliz Natal e Feliz Ano Novo
 com muita saúde e felicidades,

Sãos os votos da Agesan



ARTIGO

Revitalização de cursos d'água urbanos e o Parque Linear do Córrego Grande

Cesar A. Pompêo - Professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – UFSC

Os rios constituem elementos da drenagem superficial de uma bacia hidrográfica, promovendo a descarga natural de lençóis freáticos e escoando os excessos de precipitação. Em áreas urbanas, os rios sofrem significativas intervenções destinadas a viabilizar projetos de ocupação que não se adaptam às condicionantes físicas de inúmeros locais. Em muitas situações, pequenos cursos d'água são substituídos por condutos enterrados, em outras são transformados em canais para transporte de esgotos e águas de chuva, perdendo completamente suas características.

À medida que a urbanização se estende e a cidade se adensa, os cursos d'água transbordam mais frequentemente e, mesmo sob aspecto exclusivamente de drenagem, as intervenções de engenharia deixam de apresentar, via de regra, bons resultados. Consequentemente, aumenta da incidência de inundações em áreas urbanas, não somente em decorrência de eventos chuvosos pouco frequentes mas, também, em chuvas corriqueiras com baixas intensidades.

A revitalização destina-se a estimular processos naturais e o desempenho de funções sociais e culturais dos cursos d'água em áreas urbanas. Trata-se de uma iniciativa que integra a agenda de vários países há mais de 30 anos. Representa uma postura técnico-científica que inverte a lógica tradicional da drenagem urbana apoiada exclusivamente na ampliação de canais de escoamento das águas de chuva, com transferência dos problemas de inundação para outros locais, quando possível, ou para o futuro, quando os condutos novamente atingirem suas capacidades limites. A revitalização de um curso d'água visa a recuperar grande parte de suas características naturais, quanto à capacidade de armazenamento no leito secundário e vegetação ciliar. Desta forma, busca o reestabelecimento de condições para retenção de sedimentos excessivamente aportados ao curso d'água, controle da erosão das margens, qualidade da água e recuperação do ecossistema.

No Brasil, a revitalização de cursos d'água vem sendo discutida nos meios técnicos e científicos como alternativa de controle de inundações. Até o momento, são poucas as iniciativas concretas e as pesquisas sobre revitalização para as condições climáticas brasileiras, mas já existe um Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, junto ao Ministério do Meio Ambiente. Em Minas Gerais, destaca-se o Projeto Manuelzão, iniciado junto à Faculdade de Medicina da UFMG, no ano de 1997, com numerosas ações destinadas à revitalização do rio das Velhas.

A proposta de criação do Parque Linear do Córrego Grande constitui-se uma oportunidade ímpar quanto à revitalização de um curso d'água em área urbana, em Florianópolis. Trata-se de uma iniciativa comunitária e visa “à intervenção na paisagem a partir da requalificação ambiental das margens do rio Córrego Grande, de áreas que hoje se apresentam degradadas e/ou segregadas e a apropriação de espaços públicos e áreas verdes para atividades de lazer e preservação da fauna e flora no entorno do rio Córrego Grande”, propondo “a preservação de espaços verdes, melhoria da paisagem local e a criação de espaços de lazer”. Além disto, proporciona condições para reestabelecimento de um corredor ecológico entre o Parque Municipal do Maciço da Costeira (PMMC) e o Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi (PMMI).

O Parque Linear do Córrego Grande representa, desta forma, promoção de qualidade de vida ao estabelecer-se como espaço para práticas esportivas, educacionais e culturais, descanso e contemplação, tendo em perspectiva a melhoria da qualidade do ambiente.

Desde sua criação, a Agesan conta com o serviço de atendimento aos usuários e à sociedade em geral, a Ouvidoria. O objetivo deste serviço é atender às reclamações e solicitações dos usuários, identificar e procurar solucionar os problemas, fazendo a mediação entre usuário e prestadoras de serviços.

Ouvidoria

Contatos: **0800 6448 500/(48) 3665-4350** ou
pelo e-mail **ouvidoria@agesan.sc.gov.br**